

Inovações socioeducacionais e os processos seletivos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Socioeducational innovations and the selective processes to the technical courses offered at the Brazilian federal network of professional and technological schools

Eduardo Henrique Lacerda Coutinho¹

Frederico Luiz Barbosa de Melo²

Resumo

Este artigo se originou do interesse em investigar a realidade socioeducacional dos processos seletivos dos cursos técnicos implantados em algumas escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), considerados como ações afirmativas para democratizar e assegurar o acesso de alunos de escolas públicas. Após discutir e contextualizar essa realidade, são apresentadas algumas experiências de implantação de ações afirmativas e explicitados alguns de seus resultados. A partir das experiências das ações afirmativas, apresentamos propostas inclusivas de inovações socioeducacionais, com a finalidade de buscar responder ao desafio colocado de, na medida do possível, contribuir para continuarmos a reverter as tendências que se observam de exclusão de alunos de escolas públicas, ainda presentes na RFEPT, e permitir o ingresso de tais alunos nos cursos técnicos.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Inovações Socioeducacionais; Inclusão Social.

Abstract

This paper reflects the interest in investigating the socio-educational reality of the selection processes of technical courses implanted in some schools of Brazilian professional and technological education federal net (BPTFEFN), considered as affirmative actions set to assure the public school students' access. After discussing and contextualizing this reality, some experiences with the implementation of such affirmative actions will be presented, their results made explicit, with the objective of trying to answer, with proposals of inclusive innovations, the established challenge of, as far as possible, contributing to keep reversing the observable tendencies of public school students' exclusion, still present in BPTFEFN.

Keywords: Affirmative Actions; Socio-Educational Innovations; Social Inclusion.

Introdução

Este artigo nasceu do interesse em investigar a realidade socioeducacional dos processos seletivos dos cursos técnicos implantados em algumas escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), considerados como ações afirmativas para assegurar o acesso de alunos de escolas públicas. Esta pesquisa foi desenvolvida

¹ Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA. Especialista em Educação Física Escolar pela PUC - Minas. educoutinho@adm.cefetmg.br

² Economista, Doutor em Demografia, professor do mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA.

a partir das experiências relatadas por essas escolas no seminário “Expansão e Democratização: debatendo as formas de acesso à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, realizado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), ocorrido em Brasília, em junho de 2007.

As experiências dos processos seletivos por meio de ações afirmativas referem-se ao paradigma científico-social, explicitado por Boaventura Santos apud Moll (2005): “temos, todos/todas, o direito à igualdade quando a desigualdade nos oprime e o direito à diferença quando a homogeneidade nos ameaça”. Ser igual e ser diferente - eis o paradoxo que se coloca como desafio no plano teórico da compreensão da sociedade brasileira, no plano da prática pedagógica e nos contextos institucionais que se denominam educativos. Um conjunto de características que não podem ser ditas de responsabilidade individual, tais como classe, família, cor, gênero, etnia, habilidades e talentos inatos, influenciaria as chances de sucesso dos indivíduos, ensejando desigualdades “injustas”, restringindo o espectro de liberdade de escolha.

Os processos seletivos para os cursos técnicos surgiram a partir da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, no ano de 1909, e são realizados por meio de um edital que define critérios para classificação, seleção e aprovação dos alunos. A seleção por provas é o mecanismo mais tradicional de ingresso e apresenta as mais altas taxas de seletividade e exclusão social. Esses concursos acentuam essas diferenças e restringem as oportunidades para aqueles que, por cursarem escolas de melhor padrão de qualidade, conseguem ser selecionados nos exames, contribuindo para a reprodução e a manutenção das desigualdades sociais.

Ao apresentarmos as ações afirmativas das escolas da Rede Federal e seus resultados, a finalidade é buscar responder, com propostas de inovações socioeducacionais inclusivas, na medida do possível, o desafio colocado e contribuir para continuarmos a reverter as tendências que se observam de exclusão de alunos de escolas públicas ainda presentes na RFEPT.

Evolução do processo histórico dos processos seletivos dos cursos técnicos no país

A realização desses processos seletivos, aliados à gratuidade e à qualidade de ensino das escolas da rede federal, fez com que os cursos técnicos se tornassem atrativos e muito concorridos, sendo uma opção viável para os alunos de maior poder aquisitivo que estejam visando ao ingresso em cursos superiores. Essa concorrência resultou numa exclusão significativa de alunos de escolas públicas. Daí advém a necessidade de se implantarem ações afirmativas para democratizar o acesso à RFEPT para alunos de escolas públicas.

Os processos seletivos para ingresso nos cursos técnicos constituem-se em um instrumento de estabelecimento de mérito, para definição daqueles que terão direito a um recurso não disponível para todos (uma vaga específica em determinado curso)³.

³ A discussão de “mérito” e “meritocracia” em educação é longa, ampla e complexa. Para uma discussão sobre as relações entre meritocracia, desigualdades e princípios de justiça, ver Dubet (2004).

Ainda que a credibilidade do vestibular tradicional cumpra satisfatoriamente o papel de selecionar os melhores candidatos para cada um dos cursos, entre os inscritos, ele traz implícitos alguns inconvenientes.

A evolução histórica dos processos seletivos em questão surge a partir da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, quando os candidatos necessitavam comprovar sua carência econômica para ingressarem nos cursos ofertados. Ao serem transformadas em Escolas Técnicas, em 1942, instituíram-se, nessas instituições, os exames de seleção como critério de admissão. Inicia-se o estabelecimento do mérito do candidato como requisito de aquisição do direito à vaga, fazendo com que o acesso aos cursos técnicos favorecesse os alunos mais preparados.

A partir de 1961, a equivalência entre os cursos técnicos e o ensino médio provocou crescimento no interesse pela educação profissional por parte dos alunos que almejavam uma vaga no nível superior. Essa tendência foi agravada em 1971, ao tornar-se compulsória a profissionalização do ensino médio. Tal circunstância fez com que as Escolas Técnicas Federais se tornassem uma opção ainda mais atraente, acarretando uma concorrência tão acirrada pelas vagas que passou a dificultar, ainda mais e em especial, o acesso de estudantes de baixa renda oriundos da rede pública à RFEPT. Como forma de atenuar esse efeito, foram criados os cursos Pró-Técnicos, na década de 70, que tinham por objetivo melhorar o nível de conhecimento dos alunos provenientes de escolas públicas, habilitando-os a competir pelas vagas oferecidas pelas escolas da rede federal.

Em 1997, as instituições federais passaram a ofertar o ensino médio separadamente do ensino técnico. Diferentemente do que se pretendia, as formas como os cursos técnicos foram ofertados não se adequavam à realidade dos estudantes das classes menos privilegiadas, o que fez com que aqueles continuassem a ser mais atraentes para os alunos de classe média. Para o aluno que precisava trabalhar, situação muito comum nas classes menos privilegiadas, a forma de oferta de ensino médio concomitante ao curso técnico era inviável, já que exigia do estudante dedicação aos estudos em tempo integral: o ensino médio em um período do dia e o técnico, em outro. Como o ensino médio não mais continha disciplinas técnicas, as escolas da rede federal continuaram a ser atraentes para os alunos de classe média, oriundos de escolas particulares. Com isso, parcela importante das vagas dessas instituições era ocupada por eles, em detrimento dos estudantes carentes. Em conformidade com um Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2005, um estudo realizado em 1999, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ), mostrou que 72,7% dos alunos que ingressaram na instituição estudaram todo o ensino fundamental (EF) em escolas particulares.

Em 2004, a oferta do ensino médio integrado ao técnico foi novamente viabilizada, visando a produzir uma mudança no perfil socioeconômico do aluno, em favor de grupos menos favorecidos e realmente interessados na formação técnica. O ensino deveria se tornar menos convidativo para o alunato de classe média, que tem a intenção de somente se preparar para o curso superior. Porém, o aumento de concorrência pelas

vagas para os cursos técnicos integrados permaneceu. As reformas implantadas no ensino técnico atuaram no sentido de favorecer o ingresso de alunos de classe média, ainda que esse efeito não tenha sido a motivação das reformas.

Sistematização dos processos seletivos inclusivos das escolas da rede federal da EPT

Para que os relatos das experiências dos processos seletivos das escolas da rede federal sigam um ordenamento e possibilitem uma interpretação crítica, faz-se necessário sistematizá-los por meio de determinadas concepções, condições e elementos operacionais. Para isso, vamos nos utilizar de um conceito mais amplo e concordar com o que afirma Jara (2006, p. 24):

a sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (...) e utiliza a própria experiência como objeto de estudo e interpretação teórica, possibilitando a formulação de lições e a disseminação.

Numa visão mais focada, também nos satisfaz o que preceitua Milani (2005, p. 11):

sistematizar é construir a memória de uma experiência de desenvolvimento local, divulgar saberes relacionados às práticas, estimular o intercâmbio e a confrontação de idéias, bem como contribuir a reconstituir visões integradas dos processos de intervenção social, (...) que a Organização da Sociedade Civil (OSC) faz na sua prática a fim de ajudá-la a aprender com seus próprios processos, (...) trazendo à luz os aprendizados sobre gestão urbana, educação, saúde, etc.

A seguir, serão relatadas experiências que se referem ao CEFET-MG, ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFE) do Rio Grande do Norte (RN), ao Colégio Pedro II e aos Colégios de Aplicação. As experiências do CEFET-MG foram retiradas dos questionários on-line respondidos pela ex-coordenadora do curso Pró-Técnico (2009) e pelo diretor de Extensão e Desenvolvimento Comunitário do CEFET-MG (2009). As outras experiências foram retiradas de documentos apresentados na realização do seminário de “Expansão e democratização – debatendo as formas de acesso à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” (BRASÍLIA, 2007). É preciso compartilhar essas experiências relativas à inclusão social para que se possam conferir às diferentes alternativas seus avanços e compreender os efeitos positivos da intervenção pedagógica sobre os alunos egressos de escolas públicas. Isso demonstra que as ações afirmativas podem ser adotadas sem prejuízo ao desempenho dos alunos, desde que haja o compromisso da instituição com a inclusão social daqueles em desvantagem social. Grupos em desvantagem social são compreendidos como aqueles que recebem da sociedade um reconhecimento negativo por razões sociais e econômicas, em função

de suas características étnico-raciais, de gênero e de renda, por suas relações sociais ou por suas condições como agentes econômicos, políticos e culturais.

A forma de construção dos processos seletivos dos cursos técnicos das escolas da rede federal

Os editais dos processos seletivos dos cursos técnicos são elaborados pelas comissões permanentes de vestibular das escolas da rede federal e, posteriormente, são aprovados nos órgãos colegiados, a fim de legitimar a seleção dos alunos que irão ingressar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio dessas instituições.

O que podemos constatar, numa primeira análise, é que esses editais refletem, de maneira direta ou indireta, os valores e os interesses que as instituições concebem sobre a inclusão social dos alunos de escolas públicas. Ao apresentarmos as experiências sobre a inclusão social dessas instituições, podemos perceber, numa primeira análise, que a inclusão social apresenta-se também em outras atividades educacionais complementares, como forma de compensar a possível exclusão do processo seleção.

Experiências inclusivas do CEFET-MG

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do CEFET-MG, implantado em 2005, prevê uma política estudantil de democratização do acesso a alunos de baixa renda e de segmentos sociais excluídos, oriundos da escola pública. Essa política refere-se ao curso Pró-Técnico e ao Programa Artes e Ofícios.

O curso Pró-Técnico foi criado em 1979 e é desenvolvido por meio dos conteúdos programáticos das disciplinas, os quais estão contidos nas questões do caderno de provas do processo seletivo. É ofertado anualmente com 120 vagas, com formação de três turmas para alunos oriundos de escolas públicas estaduais e municipais e funciona de segunda a quinta, com duração diária de quatro horas.

A forma de seleção se dá em função da apresentação do histórico escolar com um melhor rendimento escolar na sétima série do EF, para as escolas estaduais, e no oitavo ciclo, para as escolas municipais. Os alunos são avaliados durante o curso. Há um controle de frequência e eles recebem material didático. A divulgação do curso é realizada através do site do CEFET-MG, de cartazes distribuídos nas escolas públicas de Belo Horizonte, Contagem e Betim, de jornais da Rede Minas e de chamadas na rádio Itatiaia.

Vários aspectos relativos à oferta do Pró-Técnico devem ser considerados, com relação à inclusão e à exclusão social: (1) a oferta de apenas 120 vagas relacionadas à média atual de 6718 inscrições anuais para a seleção do CEFET-MG representa apenas 1,8% do total de inscritos; (2) todos os alunos do Pró-Técnico, a partir de 2008, foram isentos das inscrições do processo seletivo; (3) o percentual de alunos do Pró-Técnico aprovados no processo seletivo do CEFET-MG nos anos de 2005 e 2006, pelo fato de o processo de seleção para o Pró-Técnico ter sido feito por sorteio, foi muito baixo - somente sete alunos aprovados do total de 120 vagas, ou seja, índice de aprovação de 5%. Mas, se

consideramos a média de 6718 inscritos, esse percentual cai para 0,11%. Quando o processo de seleção para o Pró-Técnico passou a ser feito por meio de notas, em 2007 e 2008, houve melhora: índice de 25% de alunos aprovados, considerando as 120 vagas, o que representa 0,62% do total da média das inscrições.

O Programa Artes e Ofícios, realizado em parceria com as Escolas Integradas da Rede Pública Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RPMEBH), foi criado em 2007. O objetivo do programa também é trabalhar os conteúdos programáticos das disciplinas e as questões dos cadernos de provas dos processos seletivos. É ofertado em 18 escolas, para os estudantes da 9ª série do EF da RPMEBH, sendo duas turmas de 25 alunos para cada escola, e atende a 900 alunos. O programa é realizado anualmente e tem o mesmo período de duração do Pró-Técnico. A forma de seleção é definida pelas médias escolares dos alunos. Há controle de frequência dos alunos participantes e eles são acompanhados por meio da aplicação de exercícios. A divulgação do programa é realizada através do site do CEFET-MG e de cartazes entregues nas escolas da RPMEBH. As monitorias são ministradas por dez estudantes dos cursos de graduação do CEFET-MG e acontecem em horário extraclasse. Esses estudantes recebem pagamento de uma bolsa mensal, por meio da caixa escolar de cada unidade educacional, financiada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

No que se refere ao Programa de Artes e Ofícios, várias análises merecem destaque com relação à inclusão e à exclusão social: (1) o programa é destinado somente aos alunos do EF da RPMEBH e há considerável margem de ampliação do programa em relação ao percentual do número médio de 6718 inscrições, uma vez que hoje essa relação equivale a 13,4% do total de inscritos; (2) em algumas escolas, os alunos recebem alimentação escolar e têm direito a isenção da taxa de inscrição no processo seletivo do CEFET-MG; (3) dos 200 alunos participantes em 2007, apenas um foi aprovado (0,5% de aprovação), o que representa 0,01% do total médio de inscritos. Em 2008, dos 350 participantes, foram aprovados sete alunos (2% de aprovação), o que representa 0,10% do total médio de inscritos. Esse programa foi ampliado pelo número de escolas participantes: quatro, em 2007, sete, em 2008, e 18, em 2009, crescimento de 22%.

O curso Pró-Técnico e o Programa de Artes e Ofícios são ações inclusivas importantes. Entretanto, eles precisam melhorar seu enfoque pedagógico. Se levarmos em conta os resultados obtidos e as demandas inclusivas que ainda permanecem, podemos afirmar que ambos têm impacto pessoal de forma pontual em termos de programas sociais de efetiva inclusão social.

Experiências do processo seletivo do IFE-RN

Com a criação do Curso Pró-Técnico no então CEFET-RN, em 1974, os professores são contratados e remunerados por meio de convênio com o Ministério do Trabalho e destina-se uma bolsa de estudos aos alunos filhos de trabalhadores sindicalizados. Em 1980, o Ministério do Trabalho cancela o convênio, mas a instituição decide manter o programa com recursos próprios, o qual passa a ser aberto a qualquer candidato, mediante aprovação em processo seletivo.

Em 1994, o programa passa para a modalidade a distância por meio de teleaulas produzidas na própria instituição e veiculadas pela TVU/UFRN, para as disciplinas de Português e Matemática.

Em 1995, a instituição decide que o Pró-Técnico seria acessível, exclusivamente, a estudantes matriculados na 8ª série de escolas públicas, aos quais passaram a se destinar 50% das vagas dos cursos técnicos, mediante classificação no Pró-Técnico. Esse sistema de garantia de 50% das vagas dos cursos técnicos a alunos oriundos de escolas públicas vigora até o presente no IFE-RN.

Em 1998, inicia-se a produção de encartes com material didático que são veiculados semanalmente em um jornal local, o *Diário de Natal*. Em 1999, foi produzida a segunda geração de teleaulas, que, novamente, são veiculadas pela TVU, juntamente com os encartes distribuídos via *Diário de Natal*.

Em 2002, os encartes são transformados em livro e entregues aos estudantes no ato da matrícula no Pró-Técnico. Em 2004, a instituição decide alterar as regras de acesso e só pode matricular-se nesse programa quem estuda no segundo segmento do EF. Em 2006, inicia-se a produção de um livro mais qualificado a ser distribuído aos matriculados. São ofertadas, atualmente, 400 vagas em Natal e 280 nos demais municípios, com aulas presenciais de Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais.

Observa-se que, com a reserva de vagas, há garantia mínima permanente de 50% de alunos de escolas públicas. Há preocupação constante de dar condições a esses alunos de se preparem da melhor forma possível. De acordo com pesquisa relatada pelo Acórdão do TCU em 2005, constatou-se que o programa dá oportunidade aos jovens socialmente desfavorecidos, que passaram a ter nova perspectiva de vida diante da possibilidade de profissionalização e de prosseguimento dos estudos. O empenho desses alunos, juntamente com aulas de reforço, resulta em melhor desempenho, o que acaba superando o número de concluintes selecionados pelo concurso regular.

Experiências do processo seletivo do Colégio Pedro II

Na década de 1980, inicia-se o processo de implantação de ações afirmativas no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, por meio de um convênio com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, através da realização de concursos de admissão, ofertando 50% das vagas para alunos de renda familiar inferior a três salários mínimos. A partir de 1990, por decisão do novo diretor geral, cessa a destinação de reserva de vagas no concurso de admissão para alunos de baixa renda familiar.

Em abril de 2004, implanta-se um novo modelo de acesso, ainda por meio de um convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro, com a destinação de 50% das vagas reservadas aos alunos oriundos de escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal. É obrigatória, no ato da inscrição do processo seletivo, a apresentação de comprovante de ter cursado o segundo segmento do EF, integralmente, em escola de rede pública de ensino.

Os candidatos se submetem a exames diferenciados: para o curso de Informática são ministradas provas de matemática, raciocínio lógico e português e, para o curso de Meio Ambiente, são aplicadas provas de matemática, geografia, biologia e português. É considerado habilitado, para fins de classificação final, o candidato que tenha obtido, no mínimo, grau 4 em cada uma das provas e média final 5. Caso o total de vagas estipuladas para um dos grupos não seja totalmente preenchido, as vagas disponíveis são providas por candidatos do outro grupo, desde que estejam habilitados, conforme fixado no edital.

Após dois anos trabalhando com essa nova forma de acesso, verifica-se que os resultados são positivos. Se a escola não tivesse adotado essa forma de acesso para admissão de alunos de escolas públicas, apenas 20% deles teriam ingressado. De acordo com o relato da diretora de ensino, o que se observa é que os alunos ingressam nos cursos técnicos integrados de forma direcionada e, ao longo de sua trajetória escolar, se superam e concluem os estudos com sucesso.

Experiências do processo seletivo dos Colégios de Aplicação

Neste universo, várias formas de acesso já foram ofertadas, desde aquelas relacionadas à regionalização para atender a clientela circunvizinha e aquelas voltadas para beneficiar os filhos de servidores federais até as que garantem acesso irrestrito a alunos de qualquer localidade. Na década de 1980, o TCU orientou que a forma de ingresso de alunos novatos nos Colégios de Aplicação deveria ser irrestrita, dando direito de igualdade de acesso a todos.

Atualmente, são três as formas de acesso envolvendo processos seletivos: ingresso por meio de sorteio público, ingresso pelo exame de seleção e ingresso por intermédio de um sistema misto: sorteio público e exame de seleção. O que devemos considerar nessas experiências é que nem o sorteio público e nem o exame de seleção garantem, de forma permanente, a inclusão de alunos de escolas públicas.

Uma vez exposta a realidade dos processos seletivos das escolas da rede pública federal na atualidade, no que se refere à adoção de mecanismos que visam à inclusão de estudantes provenientes de escolas públicas das redes municipais e estaduais de ensino, por meio da apresentação e da discussão dos resultados de algumas experiências de implantação de ações afirmativas nesse sentido, passamos agora a sugerir inovações de caráter inclusivo, na expectativa de contribuir para a reversão do quadro de exclusão que ainda se faz presente nesse contexto.

Propostas de inovações socioeducacionais a partir das experiências das ações afirmativas

O aumento da inclusão de alunos de escolas públicas poderá ser desenvolvido por meio de uma intervenção na estrutura e na dinâmica da organização e da articulação dos sistemas de ensino (redes públicas de ensino fundamental e CEFET-MG), afetando positivamente o desempenho dos alunos, em função de problemas que resolve ou de

necessidades que atende. Essa intervenção tem por objetivo a criação de um programa de inovações socioeducacionais, visando à obtenção de conhecimentos, com a finalidade de produção ou implantação de novas atividades, serviços ou “produtos”. De acordo com Veiga (2003, p. 268),

a consolidação da educação básica (...) como direito de todos os cidadãos é um objetivo não somente do governo, mas de toda a sociedade brasileira. Portanto, além de garantir as condições de acesso (...) é preciso construir um projeto político-pedagógico (...) de qualidade, comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população.

É importante que se explicito o entendimento de inovação emancipatória ou edificante para que se possa compreender as bases em que deve se assentar essa proposta de inovações socioeducacionais. Lucarelli (1994), citado por Veiga (2003), considera as inovações como a construção de novos projetos pedagógicos para atingir objetivos, no âmbito de determinada instituição educativa.

Veiga (2003) afirma que a inovação procura maior comunicação e diálogo com os saberes locais e com os diferentes atores e realiza-se em um contexto que é histórico e social, porque humano. Nesse sentido, a inovação emancipatória ou edificante tem sempre “(...) lugar numa situação concreta em que quem aplica está existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação” (SANTOS, 1989, p. 158).

Para Oliveira (2001), as experiências inovadoras atendem às diversas demandas da população, desencadeiam mecanismos que favorecem a inclusão de parcelas da população sempre excluídas, implantam mecanismos de participação na elaboração e na decisão de políticas, são fruto do processo de urbanização acelerado e do avanço tecnológico que permite encontrar novas respostas para velhas questões.

Para construirmos e implantarmos esse programa deve-se estabelecer alguns princípios: a busca da coerência para o trabalho em equipe entre as estruturas institucionais envolvidas e a definição de um sistema integrado de funcionamento, que permita articular as estratégias institucionais, de planejamento, sistematização e implantação, de forma a torná-lo sustentável. Questões subjetivas devem ser levadas em consideração, como os valores pessoais, as relações institucionais e interpessoais, o papel dos dirigentes, as opiniões e as visões sobre as áreas trabalhadas, as resistências a mudanças, que se concretizam pelos embates corporativos ou ideológicos, e as relações de poder entre as diferentes esferas das instituições.

Com relação ao estabelecimento de princípios e às questões subjetivas a serem consideradas, devemos nos ater ao que preceitua Klering, Fachine Mesquita (1998, p.5):

Cada comunidade tem uma cultura específica, com seus padrões de comportamento, ritos, simbolismos, bem como valores e pressupostos. Tal cultura não é facilmente rompida. Todavia, a introdução, objetiva ou subliminar, de novas práticas pode estrategicamente mudar a cultura aí prevalente.

Um planejamento socioeducacional de desenvolvimento sustentável de base local estaria contribuindo de maneira direta e efetiva para a execução do programa, por meio da constituição de um núcleo de operação de tecnologias socioeducacionais que ficaria responsável pela execução de todas as etapas e da avaliação do programa de inovação, visando à consolidação das políticas de inclusão.

Segundo Oliveira (2001), o desenvolvimento local não pode ser visto como uma panaceia capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, rasgada por conflitos de todos os lados. O desafio é dar conta da complexidade da sociedade contemporânea, independentemente de quantas sejam suas dimensões, criando um lócus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum, que se articula em torno de outro projeto, deslocando a luta do econômico para o social e para o político.

Para Bava (2003, p. 23):

a possibilidade de um projeto de desenvolvimento local parece residir em uma percepção dessas diferenças de interesses e objetivos e da adoção de um método de negociações que traga para a arena pública estes interesses em conflito e permita, frente aos casos concretos que se coloquem, o estabelecimento de acordos que se fundem na afirmação do interesse público e na perspectiva da superação das desigualdades sociais.

A gestão social, democrática e participativa é uma das estratégias de superação do autoritarismo, do individualismo e das desigualdades sociais. Sua implantação exige o enfrentamento das distorções sociais presentes na legislação e nas práticas educacionais vigentes. O padrão de gestão a ser implantado refere-se à existência de objetivos que definem níveis diferentes de intervenção e à capacidade de execução, para superar a costumeira defasagem entre a capacidade de formulação e a debilidade de execução e continuidade.

Sobre o novo modelo de processo seletivo para os cursos técnicos, as novas formulações seriam originárias de soluções tecnológicas sociais e educacionais, conforme Ambrósio (1991) conceitua. Esse autor aborda a tecnologia educativa sob a ótica da tecnologia social aplicada à educação, partindo da ciência como aplicação racional de meios determinados, segundo métodos estruturados. É a aplicação técnica de um saber tecnológico especializado, isto é, um saber prático que formula proposições prescritivas, regras e métodos sobre o fazer da gestão administrativa dos sistemas educativos, avaliação escolar, criação de modelos de ensino/aprendizagem, reformulação didática disciplinar e organização do espaço pedagógico.

A finalidade é reconstruir os processos seletivos, visando à melhoria da qualidade do EF, a integração com a EPTNM e incluir os alunos do EF das escolas públicas, de modo gradual e sistemático, nos cursos técnicos.

Para que esse novo modelo de inovação possa ser institucionalizado e implantado, faz-se necessário torná-lo viável e apresentá-lo de forma prática e aplicável. Sob tal

perspectiva, acreditamos que isso traduzir-se-ia em uma maneira de sistematizar um potencial inclusivo para os alunos das escolas públicas, por meio dos objetivos e ações a seguir relacionadas:

Objetivos

- Possibilitar maior inclusão sistemática e permanente de alunos de escolas públicas nos cursos técnicos das escolas da rede federal;
- Assegurar os recursos necessários no orçamento anual das instituições para a implantação da proposta;
- Estabelecer metas de inclusão traduzidas na forma de indicadores e revisá-las anualmente;
- Desenvolver estudos e pesquisas a fim de oferecer subsídios ao fortalecimento e à renovação dos programas de inclusão;
- Desenvolver e socializar uma base confiável de dados com vistas a estruturar um sistema de informação dos processos seletivos.

Ações

- Realizar mudanças na legislação e nos procedimentos normativos das escolas da rede federal;
- Ampliar a oferta de vagas e dos cursos Pró-Técnico gratuitos nas escolas da rede federal.
- Cadastrar as escolas públicas presentes nos municípios;
- Capacitar os membros dos núcleos de operação de tecnologias para a execução dos programas de inclusão, e os professores da rede pública municipal de ensino para ministrar os cursos Pró-Técnico nas escolas públicas;
- Disponibilizar para as escolas públicas material didático apostilado dos cursos Pró-Técnico;
- Desenvolver e socializar uma base confiável de dados com vistas a estruturar um sistema de informação dos processos seletivos.
- Realizar campanhas de conscientização, divulgação, oficinas e palestras sobre os processos seletivos e o perfil dos cursos técnicos para a comunidade escolar pública;
- Lotar mais professores nos cursos Pró-Técnico para garantir a implantação de novas turmas;
- Implantar a avaliação seriada nas 6ª, 7ª, 8ª e 9ª séries do EF das escolas públicas, o que permitirá a seleção gradual e sistemática dos futuros ingressantes nos cursos técnicos;
- Isentar os alunos de escolas públicas da taxa de inscrição;
- Conceder transporte e alimentação aos alunos de escolas públicas;
- Realizar as inscrições para os processos seletivos nas escolas públicas municipais e estaduais;
- Ministras provas de Português, Matemática e História para todos os cursos técnicos;
- Ministras provas de conhecimentos específicos de forma direcionada, de acordo com a área de conhecimento e o eixo tecnológico dos cursos técnicos;

- Estabelecer um tempo maior para a resolução das questões do caderno de provas, dividindo a realização dos processos seletivos em duas etapas;
- Adequar o grau de dificuldade das questões de provas, com 20% tanto para questões fáceis quanto para difíceis e 60% de questões intermediárias;
- Estratificar de forma mais criteriosa os dados estatísticos e os indicadores socioeducacionais dos alunos de escolas públicas e particulares;
- Conceder bonificação de pontos para os alunos de escolas públicas com histórico escolar com média anual de 60% de pontos nas disciplinas do 2º segmento (6ª a 9ª série) do EF;
- Incluir os conteúdos programáticos dos processos seletivos nas disciplinas do currículo do 2º segmento do EF das escolas públicas;
- Promover visitas dos alunos de escolas públicas às escolas da rede federal.

Conclusões

Na trilha de uma sociedade que vive progressivos processos de democratização, o direito à diversidade e o direito à singularidade impõem-se como condições para o enraizamento de políticas educacionais de inclusão. Uma crítica que se faz ao chamado “sistema de cotas” é que a adoção da reserva de vagas atende ao problema de imediato, com soluções paliativas e temporárias, mas é insuficiente para reduzir o problema da baixa qualidade da educação, que requer uma solução sistêmica intensiva e de longo prazo, com mudanças nos sistemas de ensino.

O acesso não é o produto de um único e episódico exame seletivo, mas a culminância de um processo excludente que se desenvolve ao longo da educação básica nas escolas públicas do país. Trata-se de reconhecer uma diferença, construída social, histórica e culturalmente, que coloca os alunos dessas escolas em desvantagem em relação aos demais candidatos, no momento de um processo seletivo competitivo. Trata-se de reconhecer que os alunos das escolas públicas enfrentarão barreiras que podem se tornar impeditivas para seu ingresso nos cursos técnicos. Essas reflexões partem do pressuposto de que o acesso às escolas da RFEPT é um direito social irrevogável e que todos não só têm direito de nelas ingressar, mas também de nelas permanecer, realizando assim parte de sua trajetória educativa de forma qualificada.

O processo de sistematização de experiências adquire uma virtude adicional e nos converte em sujeitos transformadores e criadores da história, sensibilizando-nos a deixar a experiência falar por si mesma, desenvolvendo nossa capacidade de observação e de percepção, libertando-nos de preconceitos e de esquemas rígidos de pensamento e valorizando os fatores cotidianos.

Pensar essas políticas educacionais de inclusão implica caminhar na direção das aprendizagens democráticas, enfrentando os desafios “comuns” que se apresentam. As políticas educacionais inclusivas dos processos seletivos, na esteira da inovação socioeducacional emancipatória, são um meio de engajamento coletivo para integrar

ações, no sentido de buscar soluções alternativas do trabalho logístico, administrativo e pedagógico, visando a uma inclusão sistemática e permanente de alunos de escolas públicas nos cursos técnicos das escolas da rede federal.

Referências

AMBRÓSIO, T. Da tecnologia social à investigação educativa. In: STOER, S. (Org.). *Educação, ciências sociais e realidade portuguesa: uma abordagem pluridisciplinar*. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 187-203.

BAVA, S. C. A produção da agenda social: uma discussão sobre contextos e conceitos. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. v. 31, ago. 2003. Disponível em: http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2031.pdf.

BRASIL. MEC. *Decreto n. 2.208 de 17 de abril de 1997*.

BRASIL. MEC. *Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004*.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. *Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961*.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. *Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971*.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. *Lei n. 6545 de 30 de junho de 1978*.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. *Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996*.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Relatório de experiência. In: Seminário de expansão e democratização – debatendo as formas de acesso à rede federal de educação profissional e tecnológica. *Anais...* Brasília: MEC/ SETEC, 2007.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Políticas de Inclusão na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: MEC/SETEC, 2008.

BRASIL. TCU. Fragmentos do Acórdão Nº 478/2005. Diário Oficial da União, 2005. p. 80-91. Link para acesso ao DOU supra mencionado: https://www.in.gov.br/imprensa/jsp/jsp/jornaiscompletos/jornaiscompletos_leitura.jsp#

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: Política Institucional 2005-2010*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2005.

CORAGGIO, J.L. A partir da sociedade: economia popular e necessidades de aprendizagem. In: CORAGGIO, J. L. *Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 179-247.

DUBET, François. O que é uma escola justa?. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>

HOLLIDAY, O. J. Para sistematizar experiências. *Revista MMA*. Brasília: Editora, 2006.

KLERING, L. R.; FACHIN, R. C.; MESQUITA, Z. Avaliação da importância de atributos de projetos de desenvolvimento inovadores. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 9, nov. 1998. Disponível em: http://inovando.fgvsp.br/conteúdo/documento/cadernos_gestaopublica/CAD%2009.pdf.

MILANI, C. S. [et al.]. *Roteiro de sistematização de práticas de desenvolvimento local*. Salvador: CIAGS, 2005. Disponível em: <http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/quemsomos/serie-editorial-ciags/Roteiro%20Desenvolvimento%20.pdf/download>.

MOLL, J. No fio da navalha: o direito à inclusão e à singularidade no contexto escolar como elementos para a reinvenção do presente. *28ª Reunião Anual da ANPED- Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação*, 2005.

MOURA, D. G; Barbosa, E. F. Uma proposta de tipologia de projetos educacionais. In: MOURA, D. G; Barbosa, E. F. *Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006. Cap. 1. p. 21-25

OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Polis. *Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV*, 2001. Disponível em: <http://www.polis.org.br/download/46.pdf>.

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? *Caderno Cedes*. Campinas: Editora. v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003. Disponível em: http://www.ufrjr.br/graduacao/pdfs/ppp_ppc/ilma_pav_ppc.pdf.